

Mulheres do PT: unidade, feminismo e compromisso democrático OU unidade feminista por democracia e socialismo

APRESENTAÇÃO

Esta tese é fruto da síntese política construída a partir do diálogo e da convergência entre diferentes forças, correntes e coletivos de mulheres do Partido dos Trabalhadores. Expressa a diversidade das mulheres que constroem o PT cotidianamente: mulheres trabalhadoras do campo e da cidade, negras, indígenas, quilombolas, periféricas, jovens, idosas, lésbicas, bissexuais, mulheres trans, mães, mulheres com deficiência, militantes sindicais, comunitárias, parlamentares e gestoras públicas. Essa pluralidade não é apenas identidade, mas força política organizada.

Partimos de um compromisso comum com o feminismo socialista, antirracista e popular, que reconhece que não há democracia real sem igualdade substantiva, nem projeto de país capaz de garantir dignidade sem enfrentar conjuntamente o patriarcado, o racismo e o neoliberalismo. Nossa luta está enraizada na defesa da vida das mulheres e na construção do bem viver, entendido como um projeto coletivo que coloca o cuidado, a justiça social, a soberania e os direitos no centro da organização da sociedade.

Ao apresentar esta tese, afirmamos a unidade na diversidade como valor político e estratégico. Reafirmamos o papel das mulheres do PT como sujeitas centrais da reconstrução democrática e da disputa de futuro no Brasil, assumindo a responsabilidade política de quem governa e, ao mesmo tempo, a tarefa histórica de aprofundar o projeto democrático-popular a partir do feminismo.

1. Conjuntura nacional e internacional: a crise democrática e seus impactos sobre a vida das mulheres

A crise democrática contemporânea não tem nas mulheres sua causa, mas encontra nelas um de seus principais alvos. Em diferentes contextos nacionais e internacionais, as mulheres sofrem de forma desproporcional os efeitos da combinação entre neoliberalismo, conservadorismo moral e autoritarismo político. Ao mesmo tempo, são as mulheres que ocupam lugar central na resistência democrática, na defesa da vida e na reconstrução de projetos de igualdade e justiça social.

No cenário internacional, a ascensão da extrema direita e o fortalecimento de projetos autoritários têm se apoiado em uma ofensiva sistemática contra os direitos das mulheres. A disputa ideológica contra os direitos das mulheres, o ataque aos direitos sexuais e reprodutivos, a negação da igualdade e a reafirmação de papéis tradicionais de gênero tornaram-se elementos centrais desses projetos. Essa ofensiva articula autoritarismo político e conservadorismo moral. O resultado são retrocessos democráticos e o aprofundamento das desigualdades.

Essa dinâmica internacional não pode ser compreendida de forma dissociada do neoliberalismo enquanto racionalidade política que organiza o mundo contemporâneo. Mais do que um modelo econômico, o neoliberalismo atua como um projeto político e cultural que redefine o papel do Estado, fragiliza políticas públicas e subordina direitos à lógica do mercado. Ao reduzir a proteção social e transferir responsabilidades coletivas para indivíduos e famílias, essa racionalidade incide diretamente sobre a vida das mulheres, aprofundando desigualdades de gênero, raça e classe em escala global.

Em contextos de crise econômica, austeridade e retração do Estado, são as mulheres que absorvem de forma desproporcional os impactos da precarização da vida. A intensificação da divisão sexual do trabalho, a sobrecarga com o trabalho doméstico e de cuidados e a precarização das condições de trabalho evidenciam como o neoliberalismo reforça desigualdades históricas. A chamada crise dos cuidados revela a incompatibilidade entre essa racionalidade e a garantia de direitos, mostrando que, quando o Estado se enfraquece, a reprodução da vida recai quase exclusivamente sobre as mulheres.

No plano internacional, os conflitos armados e as disputas geopolíticas aprofundam esse cenário. Em contextos de guerra, militarização e ocupação, são as mulheres e as crianças as principais vítimas da violência, do deslocamento forçado, da fome e da negação de direitos. A agressão permanente ao Povo Palestino expressa de forma extrema essa lógica, reafirmando a necessidade de uma perspectiva internacionalista, feminista e comprometida com a paz, a soberania dos povos e os direitos humanos.

A esse cenário soma-se o papel crescente das big techs e das plataformas digitais na disputa política contemporânea. A ausência de regulação democrática desses espaços tem favorecido a disseminação de desinformação, discursos de ódio e violência política de gênero, atingindo de forma particular mulheres que ocupam espaços públicos, institucionais e de liderança. As redes digitais tornaram-se instrumentos de intimidação,

silenciamento e ataque às mulheres, comprometendo a participação política feminina e fragilizando a democracia em diferentes países.

É nesse contexto internacional de crise democrática, avanço neoliberal e ofensiva conservadora que se insere a realidade brasileira. No Brasil, a crise democrática recente teve como marco fundante o golpe parlamentar que resultou na destituição da presidenta Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita para o cargo no país. Esse processo representou uma ruptura democrática e foi atravessado por uma forte dimensão misógina, que expôs os limites da democracia brasileira diante da presença de mulheres em posições de poder. O golpe abriu caminho para o aprofundamento da agenda neoliberal, para o desmonte de políticas públicas e para a intensificação da violência política de gênero, cujos efeitos recaíram de forma direta sobre a vida das mulheres.

Os anos seguintes foram marcados por retrocessos autoritários, pela misoginia institucional e pela intensificação da violência contra as mulheres. A derrota eleitoral da extrema direita e a eleição do presidente Lula abriram uma etapa decisiva de reconstrução democrática, recolocando no centro do debate público a defesa da democracia, da soberania nacional e da justiça social.

Como mulheres do Partido dos Trabalhadores, somos parte ativa desse processo e temos responsabilidade direta na sustentação democrática do governo frente às ameaças permanentes do autoritarismo. Em suas manifestações públicas, o presidente Lula tem afirmado reiteradamente que não há democracia sem as mulheres e que o enfrentamento aos feminicídios é uma tarefa central do Estado democrático. Esse posicionamento recoloca a vida das mulheres no centro da reconstrução democrática e reconhece que a violência de gênero não é uma questão privada ou setorial, mas uma ameaça estrutural à própria democracia.

Apesar dos avanços já iniciados, os desafios permanecem profundos. Os índices de feminicídio, violência doméstica, sexual e política seguem alarmantes. O conservadorismo moral, articulado ao patriarcado e à racionalidade neoliberal, continua buscando controlar os corpos e as vidas das mulheres, atacando direitos sexuais e reprodutivos, a laicidade do Estado, a educação sexual e a autonomia feminina. A correlação de forças no Congresso Nacional e as restrições orçamentárias impõem limites reais à plena implementação das políticas de igualdade, exigindo incidência política permanente para avançar na garantia de direitos.

Diante desse cenário, reafirmamos que a relação entre democracia e mulheres é indissociável. Não há democracia plena enquanto as mulheres não puderem viver sem violência, com autonomia econômica, participação política efetiva e igualdade de direitos. Ao responder ao novo ciclo de reconstrução democrática, as mulheres do PT assumem o compromisso de enfrentar os impactos da crise democrática sobre a vida das mulheres, fortalecer o Estado, ampliar políticas públicas e aprofundar o projeto democrático-popular, com a vida e o bem viver das mulheres no centro da agenda política

2. O PT, o governo federal e a disputa política pela garantia dos direitos das mulheres

Diante da crise democrática e de seus impactos sobre a vida das mulheres, o Partido dos Trabalhadores assume uma responsabilidade histórica no atual período. Governar o Brasil após anos de retrocessos autoritários implica não apenas reconstruir instituições, mas disputar os rumos do Estado, das políticas públicas e do orçamento, em um cenário marcado por fortes limites institucionais e por uma correlação de forças ainda adversa.

A eleição do presidente Lula inaugurou um novo ciclo político, recolocando o Estado como instrumento fundamental para a garantia de direitos e para a redução das desigualdades. Nesse contexto, a recriação do Ministério das Mulheres representa uma conquista política central, ao restabelecer um espaço institucional estratégico para a formulação, coordenação e incidência das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero. Trata-se de uma inflexão concreta em relação ao período anterior de desmonte e invisibilização das políticas para as mulheres.

Essa reconstrução democrática, no entanto, ocorre em um terreno de disputas permanentes. A herança neoliberal, as restrições orçamentárias, a resistência de setores conservadores no Congresso Nacional e a permanência de valores patriarcais nas instituições impõem limites reais à implementação das políticas públicas. Reconhecer esses limites é parte de uma postura política responsável, que não confunde compromisso com o governo com acomodação ou silenciamento das pautas feministas.

É nesse cenário que se afirma o papel estratégico das mulheres do PT. Somos parte ativa do governo federal e, ao mesmo tempo, força política organizada no interior do partido e da sociedade. Cabe a nós articular a defesa do governo frente às ameaças autoritárias com a incidência política feminista, atuando para que a reconstrução democrática se traduza em políticas públicas capazes de impactar a vida concreta das mulheres.

O compromisso político afirmado pelo presidente Lula — de que não há democracia sem as mulheres e sem o enfrentamento aos feminicídios — deve orientar a ação governamental e a atuação partidária. Para as mulheres do PT, esse compromisso não pode permanecer apenas no plano discursivo: ele exige transformação em políticas públicas efetivas, fortalecimento institucional, disputa orçamentária e transversalidade da perspectiva de gênero no conjunto da ação do Estado.

Isso significa fortalecer e disputar políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, avançar na consolidação da Política Nacional de Cuidados, ampliar a autonomia econômica feminina e garantir a participação política das mulheres nos espaços de decisão. Significa também reconhecer que a igualdade não se produz de forma automática, mas por meio de escolhas políticas concretas, realizadas em um campo permanente de conflitos e negociações.

A defesa do governo federal e a crítica feminista responsável não são dimensões opostas. Ao contrário, fazem parte de uma mesma estratégia de fortalecimento do projeto democrático-popular. É a partir da incidência política das mulheres do PT que se torna possível ampliar direitos, enfrentar os impactos da crise democrática e afirmar que a reconstrução do Estado deve ter como horizonte a justiça social, a igualdade de gênero e o bem viver das mulheres.

3. Desafios para a construção de um PT feminista

A construção de um Partido dos Trabalhadores efetivamente feminista é um desafio político permanente, que se insere no próprio processo de fortalecimento da democracia interna e de atualização do projeto democrático-popular. Esse desafio não se limita à ampliação numérica da presença das mulheres nos espaços partidários, mas envolve a transformação das práticas, das relações políticas e da cultura organizativa do partido.

As desigualdades de gênero que estruturam a sociedade brasileira também se refletem na vida partidária, expressando-se em obstáculos à plena participação política das mulheres. Esses obstáculos afetam de forma diferenciada mulheres negras, indígenas, quilombolas, periféricas, do campo e da cidade, mulheres LGBTQIA+, com deficiência, jovens, idosas, mães e trabalhadoras, evidenciando a necessidade de uma abordagem feminista interseccional na construção partidária.

Nesse sentido, afirmar o feminismo como eixo estruturante do Partido dos Trabalhadores significa compreender que a luta pela igualdade de gênero não é uma pauta secundária, mas parte constitutiva do projeto político do partido. Um PT feminista é aquele capaz de incorporar a perspectiva das mulheres em sua diversidade na formulação programática, nas decisões políticas e na organização da ação partidária em todos os níveis.

A ampliação da participação das mulheres nos espaços de decisão é elemento central desse processo. A paridade de gênero deve ser compreendida como princípio democrático mínimo e jamais como limitação à presença e ao protagonismo das mulheres. Garantir que as mulheres possam ocupar, em número e em poder político real, os espaços de direção, formulação e representação é condição para aprofundar a democracia interna e fortalecer o partido.

A transformação da cultura partidária passa, necessariamente, por um investimento permanente em formação política feminista. A formação é instrumento fundamental para o enfrentamento ao machismo, ao racismo, à LGBTfobia e a outras formas de discriminação, contribuindo para a construção de práticas políticas mais igualitárias, solidárias e coerentes com os valores históricos do partido. Ao mesmo tempo, a formação política fortalece a militância, qualifica a atuação das mulheres e contribui para a formação de novas lideranças femininas.

Outro desafio central para a construção de um PT feminista é o enfrentamento da violência política de gênero, compreendida como expressão das desigualdades estruturais que atravessam a sociedade e o sistema político. Mais do que reconhecer essa realidade, o partido deve assumir a responsabilidade de construir mecanismos de apoio, acolhimento e proteção às mulheres militantes, dirigentes e parlamentares, criando ambientes seguros e solidários para o exercício da atividade política.

A construção de políticas permanentes de acolhimento às mulheres do partido é parte fundamental desse processo. O cuidado, a solidariedade e o apoio institucional

não são dimensões secundárias da vida partidária, mas condições para a ampliação da participação política das mulheres e para o fortalecimento da organização coletiva.

Por fim, a construção de um PT feminista exige maior integração entre as instâncias partidárias, garantindo que a pauta das mulheres em sua diversidade seja incorporada de forma transversal nas direções, setoriais, mandatos e núcleos de base. Essa integração é condição para transformar compromissos políticos em prática cotidiana, fortalecer a unidade partidária e afirmar o feminismo como parte indissociável do projeto democrático-popular do Partido dos Trabalhadores.

4. A Secretaria de Mulheres como instrumento estratégico

5. Compromissos políticos e horizonte

As mulheres do Partido dos Trabalhadores, unificadas, reafirmam seu compromisso com a defesa da democracia, com a garantia dos direitos das mulheres em sua diversidade e com a construção de um projeto de sociedade baseado na igualdade, na justiça social e no horizonte do socialismo. Assumimos uma perspectiva feminista interseccional, reconhecendo que as desigualdades de gênero se articulam com raça, classe, orientação sexual, identidade de gênero, território, geração e deficiência, atingindo de forma diferenciada mulheres negras, indígenas, quilombolas, periféricas, do campo e da cidade, mulheres LGBTQIA+, com deficiência, jovens, idosas, mães e trabalhadoras.

A partir disso, assumimos os seguintes compromissos políticos:

1. **Defender a democracia a partir da vida das mulheres**, reconhecendo que as mulheres em sua diversidade são as mais afetadas pelo autoritarismo, pelo conservadorismo e pela violência política.
2. **Sustentar o governo federal** frente às ameaças da extrema direita, atuando para que a reconstrução democrática se traduza em políticas públicas que garantam direitos e melhorem concretamente a vida das mulheres.
3. **Fortalecer o papel do Estado** na garantia dos direitos das mulheres, combatendo a lógica neoliberal que reduz políticas públicas e transfere para as mulheres, especialmente as mais pobres, negras, indígenas e quilombolas, a sobrecarga da reprodução da vida.

4. **Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres**, incluindo o feminicídio, a violência doméstica, sexual e política, com políticas públicas e ações partidárias que considerem as múltiplas desigualdades vividas pelas mulheres.
5. **Consolidar a Secretaria de Mulheres do PT como instrumento estratégico**, responsável por articular a pauta das mulheres, promover formação política feminista interseccional, apoiar mulheres militantes e dirigentes e incidir na formulação programática em âmbito nacional, estadual e municipal.
6. **Promover a integração entre as instâncias partidárias**, garantindo que a pauta das mulheres em sua diversidade seja incorporada de forma transversal nas direções, setoriais, mandatos, núcleos de base e espaços de decisão do partido.
7. **Investir de forma permanente em formação política feminista e interseccional**, como eixo central para a transformação da cultura partidária e o enfrentamento ao machismo, ao racismo, à LGBTfobia e a todas as formas de discriminação.
8. **Ampliar a participação das mulheres nos espaços de decisão do partido**, afirmando a paridade como princípio democrático mínimo e jamais como limitação, garantindo o protagonismo das mulheres em toda a sua diversidade nos espaços de direção, formulação e representação política.
9. **Garantir a aplicação efetiva dos recursos do fundo partidário e do fundo eleitoral destinados às mulheres**, como instrumentos estratégicos para ampliar a participação das mulheres na política, viabilizar o acesso das mulheres aos cargos eletivos, fortalecer candidaturas, formar novas lideranças e reduzir as desigualdades que historicamente limitam a presença das mulheres nos espaços de poder.
10. **Construir e fortalecer políticas permanentes de acolhimento às mulheres do partido**, criando ambientes seguros, solidários e livres de violências, com apoio político, organizativo e institucional às militantes, dirigentes e parlamentares.
11. **Articular partido, governo e movimentos sociais de mulheres**, fortalecendo o diálogo com organizações feministas, negras, populares, territoriais e LGBTQIA+ para ampliar direitos e políticas públicas.
12. **Consolidar a transversalidade da agenda feminista interseccional** na formulação programática do PT e na atuação institucional, articulando democracia, direitos, cuidado, bem viver e justiça social a partir da vida das mulheres.

13. **Manter o socialismo como horizonte histórico e político da luta das mulheres do PT**, afirmando um projeto de sociedade que enfrente o patriarcado, o racismo e as desigualdades de classe, com igualdade, emancipação e bem viver para todas.